

■ PESQUISA DO IBGE/Taxa da população acima de 14 anos em busca de trabalho recua para 8%, a menor desde 2014

# Desemprego em marcha à ré

LEONARDO VICCEI

Rio de Janeiro – A taxa de desemprego no Brasil recuou para 8% no segundo trimestre, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do menor patamar para o período em nove anos, desde 2014, quando o indicador marcava 6,9%. Segundo o IBGE, a queda da desocupação contou com o impulso da abertura de postos de trabalho no setor público e de vagas informais, sem carteira assinada.

Ao marcar 8%, a taxa ficou 0,2 ponto percentual abaixo da mediana das projeções do mercado financeiro. O indicador estava em 8,8% no primeiro trimestre. "Temos alguns fatores positivos e outros nem tanto", diz Maurício Nakahodo, economista sênior do banco MFG Brasil. "Ainda vemos um movimento de aumento da população ocupada, mas foi mais concentrado no mercado informal".

De acordo com o IBGE, o número de desempregados caiu para 8,6 milhões no intervalo de abril a junho, o menor nível para o período desde 2015 (8,5 milhões). O contingente era de 9,4 milhões nos três meses imediatamente anteriores – houve redução de 785 mil pessoas.

Os dados integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que investiga desde os empregos com carteira e CNPJ até os populares bicos. "O segundo trimestre registrou recuo da taxa de desocupação, após crescimento no primeiro trimestre do ano. Esse movimento aponta para recuperação de pa-

ra o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

O aumento do desemprego no primeiro trimestre, que marcou a largada do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), era de certa forma esperado por analistas. Isso costuma ocorrer porque a busca por vagas no período é impulsionada pelo término dos contratos temporários de final de ano.

Nas estatísticas oficiais, a população desempregada é formada por pessoas de 14 anos ou mais que estão sem ocupação e que seguem à procura de oportunidades. Quem não está buscando vagas, mesmo sem emprego, não faz parte desse contingente.

A população ocupada com algum tipo de trabalho subiu para 98,9 milhões no segundo trimestre. Foi um acréscimo de 1,1 milhão de pessoas em relação aos três meses anteriores (97,8 milhões). Houve impacto do aumento do número de empregados no setor público, que chegou a 12,2 milhões. Com isso, o contingente renovou o recorde da série histórica, iniciada em 2012.

O crescimento foi de 445 mil na comparação trimestral. A maioria do grupo (577 mil) atuava sem carteira assinada. Esse movimento já havia chamado atenção em trimestres anteriores, puxado pela abertura de vagas em prefeituras. É uma retomada de contratações de órgãos que estavam sucateados. Agora, também há uma tendência de o governo federal contratar mais

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

para o setor público", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Segundo analistas, embora esses servidores não tenham carteira assinada, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais do setor privado. Trata-se de uma camada que, mesmo sem o registro celetista,

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia Pagina: 5